ATA DA 153ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED-SP, realizada aos 27(vinte e nove) dias do mês de maio do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 09h, por meio virtual pelo Programa teams. Reuniram-se os conselheiros titulares e suplente **registrados pelo programa**: Lúcia Decot Sdoia (Presidente – IPH), Marcelo Ribeiro (Vice-Presidente-CRATOD), Roxane Alencar Coutinho(SES), Vanessa Lopez Munhoz Afonso (CVS), Rosana Frajzinger (CRATOD), Thiago Padovez Magno (DENARC), Capitã Ligya Alves dos Santos Silva (PROERD), Sarah Bria de Camargo e Rebeka D.Silva Maciel (FUSSP), Milena Carla Azzolini Pereira (PGE) , Deborah Bittencourt Malheiros e Vera Lucia Bagnolesi (SJC), Ana Paula Forli (SEFAZ), Jaelson Nunes Magalhães (SE), Iliria Ruiz Pilissari (SECEC), Joás Garcia Moreno Sanches (SEDES), Iracema Costa Jansson (SAP), Adilson Araujo de Souza (SEH), Mariana Chazanas (SEE), Edison de Almeida (FDE), Maria Angélica Alves da Silva (F.CASA), Renato Filev (CEBRID), Marcelo Tadeu Marin (UNESP), Matheus Cheibub D.Marin (GREA- aguardando publicação), Jorge Artur Canfield Floriani e Sebastiana da Silva Fontes (ABRAMD), Debora Gomes de Melo dos Santos (LEIPSI), Sergio Nicastri (ABEAD), Thiago Marques Fidalgo (PROAD), José Eduardo Puglia G.Lopes (Santa Casa), Guilherme R.T. Perisse Duarte (ACT), Juliano Pereira dos Santos (FEBRACT), Bruno Logan Azevedo (REDUC), Renata de Barros B. Naccache (FPA), Luís Antonio da Silva (CEFATEF), Helena Fonseca Rodrigues (PBPD), Solange Aparecida Mendes da Silva (PS), Gabriel Pedroza A.Bonfim (ACUCA), Fernanda Medeiros C. Castro (DPF), Décio Perroni Ribeiro Filho (SMDHC), Lisiane C. Braecher (MPF), Surrailly F.Youssef (DPESP), Anna Paula Souza de Moraes (MPESP), Elda de Oliveira (COREN), Vera Lucia R.das Neves Hansen (CRF), Kalil Bueno Abdalla (CREMESP – aguardando publicação), Andrea Domanico e Juliana Vicente de Freitas (CRP).

Justificaram: Maria Alice Pollo Araújo e Richard Rigolino (IMESC), Jurema Reis Correa Panza (FDE), Patricia Ferreira da Silva CRESS – não conseguiu ingressar na reunião).

Ausentes sem justificativa: Alice Freire Lara (SDE), Ronaldo Luiz Rissetto e Miguel Tortorelli (FEAE) e Nayara Albino Gonçalves (CRESS).

Ouvintes: Laura S.Shdaior (É de Lei), |Celso Ricardo, Cassio Amaral, C\APS AD São Luiz, Zaza Almeida (RENFA-Rede Feminista Antiproibicionista), Igor Lopes (COMAD Araraquara), Luana Galvão Duarte, Marilia Zelaf (Acolhe USP), Vanessa (Tati – CAPS ij Campo Limpo), Debora França, Osvaldo Francisco R. Fernandes (REDUC), Vera da Ros (REDUC), Ana Carolina de Camargo, Aline Negrigo, Cristiana-KIKI, CAPS AD, Renner, Moacyr Neto (Frente Estadual Antimanicomial), Gustavo Duque (Intercambiantes Brasil-núcleo SP), Clara e Cassia (CAPS ij Lapa), CAPS ij Santana, Ana Cardoso (Coord. Politicas de Drogas de Nova Lima -MG), CAPS ij CL.

CONVOCAÇÃO

São Paulo, 20 de maio de 2021.

Em nome da Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED-SP) venho **CONVOCAR todos** os **Conselheiros (titulares e suplentes)**, a participar da **153ª Reunião Ordinária** a realizar-se no **dia 27 de maio de 2021, das 9h às 12h**, de forma virtual

Entrar no link:
https://teams.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F_%23%2Fl%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting_NGRhZTg1MjUtMDZkYS00YjZlLTliODItN2NmMDJkNTgxMjhi%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257b%2522Tid%2522%253a%25223a78b0cd-7c8e-4929-83d5-190a6cc01365%2522%252c%2522Oid%2522%253a%2522bd291daa-7e83-4c92-8c72-

081eb08cd83f%2522%257d%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=d9977653-eb7d-4f59-9ef9-0f9ca1d4afb2&directDl=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true

Senhor Conselheiro, aceitando/ingressando na reunião você já estará autorizando a gravação da reunião"

PAUTA

1. **Aprovação da Ata da 152ª Reunião Ordinária (5')**

2. **Informes: (15')**

   a) PPA
   b) Encontro de COMADS
   c) Participação na reunião do Conselho Estadual de Saúde
   d) Live: Vulnerabilidades da Infância e Adolescentes em tempo de Pandemia

3. **Votação sobre revisão do texto Adolescentes no Manual das Comunidades Terapêuticas**

4. **Grupos de Trabalho ('20)**
   a) GT CONED 35 anos
   b) GT Adolescentes
   c) GT Redução de Danos
   d) GT Mulheres

5. **Violência na Cracolândia**

Vera Lucia Bagnolesi
Secretária Executiva

Atenção: Conforme o Decreto do CONED nº 64.640 de 04/12/19 e o Regimento Interno

Artigo 38 (RI) - O membro do colegiado ausente por 2 (duas) vezes, de forma injustificada, ou por 4 (quatro) vezes, ainda que justificadamente, no período de 12 (doze) meses de mandato, terá a sua substituição solicitada ao órgão ou entidade que represente.
§ 1º - Na ausência do titular e com presença do suplente, não há exigência de justificativa.
§ 2º - Na ausência do titular e do suplente a justificativa deverá ser apresentada em nome da instituição, por escrito, em até 2 (dois) dias uteis após a reunião a que se referir.
§ 3º - O disposto no caput deste artigo não se aplica:
1. à ausência a reunião extraordinária, quando justificada;
2. à ausência ocasionada por situação excepcional reconhecida pelo Plenário do Conselho.
§ 4º - Todas as ausências serão consignadas em ata.

A **Presidente** inicia a reunião cumprimentando e dizendo que primeiro é necessário a aprovação da Ata da 152ª Reunião Ordinária. Pergunta se pode ser aprovada ou alguém tem alguma consideração a fazer. **Aprovada** (considerando o quórum) **por unanimidade e na integralidade.** Passa para os informes e diz que o primeiro será do PPA e passa a palavra para Verinha. **Verinha** diz que irá passar um breve panorama do PPA. Diz que o PPA 2020/2023 é o Plano Plurianual. Cita que na Secretaria da Justiça somos em 7 conselhos. O PPA é onde o Estado se organiza para o que será realizado e os recursos para as ações. Para isso se faz necessário os indicadores e seus resultados. Coloca que os Conselhos estão classificados no item 1730 – Cidadania – Programa de Direitos Humanos e nosso produto 585 – Promoção de Participação Social. Diz que uma das metas no PPA é Fomentar a Formação de COMADS (Conselhos Municipais sobre Drogas). Fala que respondemos mensalmente aos indicadores. Cita os mesmos.
LOA 3148 – Lei Orçamentaria Anual (que se refere a Numero de participação social (ex: Lives, encontros,) o que se entrega ao publico

PPA – 3149 – Deliberações finalísticas (manifestações, autógrafos, Pls – publicações em DO)

Gerencial – 3205 – % de Participação de conselheiros em reuniões.
Cita ainda que temos planejado no PPA até 2023:
2 Encontros de COMADS (Conselhos Municipais sobre Drogas)
2 Encontros de CTS (Comunidades Terapêuticas)
2 Encontros Regionais sensibilização para formação COMADS
2 Capacitações para Conselheiros
1 evento de 35 anos CONED.
Diz que dos citados, estamos organizando o CONED 35 anos. Fala que se os conselheiros quiserem um aprofundamento sobre o PPA, poderemos convidar o Haroldo que é o responsável pelo programa para vir em uma reunião. **Lúcia** diz que precisamos saber se os conselheiros querem maiores explicações e aí poderemos convidar o Haroldo para próxima reunião. **Verinha** diz que trouxe o básico. Maiores esclarecimentos seria com Haroldo. **Andrea** pergunta se para estas atividades temos recursos. **Verinha** responde que no momento não temos recursos. **Lúcia** diz que recursos zero. Não houve manifestação dos conselheiros para trazer maiores explicações sobre o PPA. **Deborah** sugere que se houver interesse que se encaminhe como proposta de pauta. É preciso que seja em uma reunião que tenha menos pauta. **Lúcia** fala sobre encontro de COMADS que está dentro do PPA. Os COMADS veem no CONED um apoio. Fala que não tem estrutura de hierarquia, mas sim de apoio. Para fazer o Encontro precisamos montar um GT. Fala que vê a necessidade da participação de COMADS para montar o GT. Enviaremos um e-mail a todos para consultar quem gostaria de participar. Fala que os COMADS sempre foram convidados para participar das reuniões do CONED quando as reuniões eram abertas. Fala que na reunião de numero 151, discutimos a participação de convidados nas falas. Mas não deliberamos. Falamos sobre reunião aberta no facebook ou no youtube mas que não sobrecarregasse. *Le um trecho onde Juliana fala que se a reunião é aberta ao público tem que se divulgar o link. Lucia diz divulgaríamos no facebook do CONED. Roxane propôs naquela reunião que fosse pelo canal do youtube e Lúcia diz que não temos. Verinha diz para colocar o link no facebook. Bruno diz que não seria a melhor opção pois teriam varias perguntas no chat e atrapalharia a reunião. Falou que poderia ser mesmo pelo face ou youtube. As pessoas podem assistir, mas não há interferência. Verinha diz que temos colocado o link no whats e os conselheiros podem convidar.* **Lúcia** diz que temos que deliberar a participação. Os convidados vão participar com interação ou não. Precisamos ter um regramento. **Andrea** diz que é bom e é ruim quando tem muita gente nas reuniões on line. Mas quando é presencial, a depender da pauta os convidados poderiam falar 2 ou 3 minutos. Diz que podemos criar um critério nesse sentido. A depender da pauta os convidados teriam voz de 1 ou 2 minutos. Diz que é tudo muito dinâmico. Depende da pauta. Podemos pensar que em uma discussão por ex: a ABRAMD quer falar e aí fala uma pessoa pela entidade. **Jorge** diz que concorda com a Andrea, não faz sentido um convidado sem fala. Podemos dar 2 minutos de fala. **Lúcia** sugere que tenha numero de inscritos e tempo de 2 minutos. **Elda** acha interessante a proposta da Lúcia e concorda com Andrea que deva ter limite e propõe utilizar o chat e ter um moderador. **Bruno** diz que concorda com vários conselheiros, mas a respeito da última proposta sobre colocar a pergunta no chat, diz que talvez a pessoa não tenha uma pergunta. Acha que a ideia de as pessoas falarem até dois minutos é mais interessante, porque a fala pode ser mais qualificada**. Moacyr**

diz que representa a Frente Estadual antimanicomial, é doutor em saúde pública pela faculdade de saúde pública da USP, já foi conselheiro estadual de saúde, do Conselho Regional de psicologia de SP, já foi presidente do fórum de conselhos de fiscalização profissional, diz que sobre a pauta em questão, este é um conselho consultivo que deve aprofundar todas as suas pautas e tomar decisões importantes. Diz que a limitação do tempo de fala principalmente dos convidados não deve ocorrer pois com tempo de fala o conselho pode se aprofundar no tema debatido. Diz que todos e todas devem ser ouvidos. **Lúcia** diz que sempre temos que ficar entre o ideal e o possível. Temos que ter escolhas. Uma das propostas é tempo limitado e número de inscrições também limitado. **Moacyr** fala que o tempo deva ser limitado, mas não o numero de inscrições. O conselho precisa esgotar a discussão para tomar a decisão ponderada e consciente. Diz que se as falas estiverem se repetindo é decisão de quem está coordenando a reunião. **Andrea** diz que a reunião é aberta e não necessariamente as pessoas são convidadas. Divulgamos o link e as pessoas ingressam. Quando houver uma discussão que tenha convidados que nos subsidiarão no tema debatido aí, todas essas pessoas tenham que ter fala. Não necessariamente todas as pessoas que estão na reunião poderão falar. Precisamos acertar esse ponto. **Lisiane** vai na linha da Andrea. E como uma reunião presencial. Ninguém é impedido de entrar e se manifestar. Diz que é interessante ouvir a todos. Temos que fazer como faríamos em uma reunião presencial. Todos se inscrevem, se houver muitas inscrições será dito que não é possível, limita o tempo. **Moacyr** diz que já participou de conselhos e insiste que em nenhum momento disse que todas as pessoas tem que falar. Falou que pessoas convidadas ou representantes de entidades movimentos e coletivos. Aqui não é uma assembleia, é um conselho. A coordenação da reunião é que deve organizar a reunião a cada momento. Diz que esta discussão apesar de ser só informe é importante para decidir as outras pautas. **Elda** diz que concorda com as falas e insiste em utilizar o chat. Ter um moderador para olhar o chat. **Marcelo R.** diz que segue a fala da Andrea, Lisiane e da Elda. Diz que temos maturidade para considerar o tempo e a participação. **Lúcia** diz que considerando temos convidados e a reunião aberta. Tem pautas que temos que ouvir os movimentos acha que temos que modular de alguma forma. Diz que ela vê as mãos mas não o chat ao mesmo tempo. Precisamos amadurecer. **Verinha** diz que que ouviu duas falas que acha essencial: organizar a reunião e medir na linha das necessidades. **Lúcia** diz que tem uma proposta de limitar o tempo da fala em 1, 2 ou 3 minutos e para ela este seria de 2 minutos. Numero de convidados limitados em pautas abertas. Também podemos regrar de acordo com a pauta. **Lúcia** pergunta como era o regramento nas reuniões presenciais. **Marcelo R.** fala que não tinha regramento pois a participação externa era pouca. Diz que na plataforma virtual o numero de participantes externos aumentou muito. **Verinha** fala que quando colocar perguntas no chat é complicado até para gravação. **Lúcia** diz que a forma que a Elda diz, lemos o chat. **Marcelo R.** diz que depois que encerra a gravação você recebe uma cópia do chat. **Lúcia** fala que a proposta inicial dela é de estabelecer o tempo de fala em dois minutos, número limitado de participantes e trabalhando conforme a necessidade. Diz que sempre que houver um convidado este terá fala maior com regramento colocado no convite. **Bruno** diz que são duas propostas diferentes: 1) de limitar o tempo e inscrições e 2) tocar a reunião e mediar o tempo conforme a necessidade das pautas e a participação de pessoas conforme o tempo. **Lúcia** diz que podemos fazer conforme a Proposta 2. Diz que se for pauta regimental manter só os conselheiros. Fica definido que abre a palavra e conforme a temática se estabelece ou não algum tipo de limitação de fala e inscrição. **Verinha** pede para confirmar a decisão: **Organizar por reunião e medir na linha das necessidades e ela Presidente determina conforme o tema da pauta**. Pergunta se é

a concordância de todos. **TODOS CONCORDAM**. **Verinha** fala que o link da reunião será colocado no facebook que já estava decidido. **Lúcia** diz que os COMADS serão convidados. **Lúcia** passa para a Live: "Vulnerabilidades da Infância e Adolescentes em tempos de pandemia" diz que foi interessante. Verinha passa os dados como segue o resumo:

LIVE "Vulnerabilidades na Infância e Adolescência em tempos de Pandemia"
Data: 14/05/21
Hora: 9
Transmissão: Facebook do CONED e Canal da Cidadania
Abertura: Presidente Lúcia Sdoia
Palestrantes: 1) Mario Augusto Vitoriano Almeida (SEE)
2) Edison Almeida (FDE)
3) Jorge Artur (ABRAMD)
4) Marcelo Ribeiro (CRATOD)

Dados do Canal da Cidadania
183 visualizações

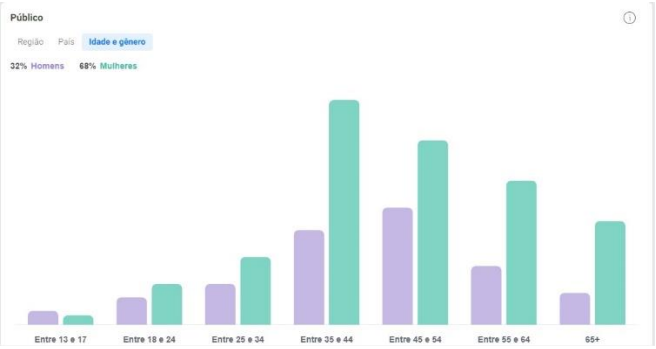
Dados do facebook
pico 65 pessoas
528 espectadores
98 comentários

Participaram os Estados de:
Rondônia (Porto Velho), Rio de Janeiro , Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Pará, Paraná, Ceará, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Participaram dos municípios paulistas de:
Adamantina – Aguaí – Araraquara – Avanhandava -
Bragança Paulista – Campinas – Castilho – Colina – Diadema – Gabriel Monteiro – Guará – Guzolândia – Indaiatuba – Itaberá – Itatiba – Louveira – Nova Castilho
Pindamonhangaba – Potim – Ribeirão Preto – Rosana (Primavera) – Rubiácea – São Caetano do Sul – São José do Rio Preto – Valparaíso – Várzea Paulista

Participação Internacional:
Portugal, Uruguai e Estados Unidos

Participação de gênero
68% mulheres e 32% homens



Edison diz que a live foi de uma discussão muito rica. Diz que teve uma resposta positiva na educação. Diz que precisamos realizar mais lives com olhar para o adolescente. **Jorge** fala que a participação da Secretaria da Educação através do Mario foi muito boa. Principalmente com a aprovação dos psicólogos e assistente social nas escolas. Diz que manter a live por duas horas é muito tempo. A riqueza do tema pode ser feita em mais lives. **Marcelo R**. diz que o debate foi muito rico. Ampliamos a discussão e vemos o quanto já foi feito e o quanto ainda precisamos fazer para o adolescente ser adequadamente assistido. **Lúcia** diz que foi uma live proposta pelo GT de Adolescentes e a primeira temática pensada foi educação/prevenção. Pudemos ouvir e discutir o quanto é importante estarmos nesses espaços e promover essas reflexões. O adolescente está muito vulnerabilizado. **Lúcia** passa para **Marcelo R.** falar sobre a reunião com o Conselho Estadual de saúde. Ele diz que fomos chamados a participar da reunião do Conselho para discutir o programa recomeço. Diz que ficou acertado na reunião que na próxima ele iria como Diretor do CRATOD pois ele foi requisitado mais no papel de CRATOD e não CONED. Fala que a Eliana Borges que é Coordenadora da COED-Coordenação Estadual de Políticas sobre Drogas estava presente e foi ela que mais falou sobre a fiscalização das CTs e formas de encaminhamento do Programa Recomeço. Ele e Eliana propuseram que voltariam e ele iria como CRATOD. **Joás** fala que somando ao que o Marcelo falou diz que a Coordenadora esteve nesta reunião e ela disse que foi importante pois houve a oportunidade de discutir o Programa Recomeço que é um programa monitorado, amplo, apresenta relatório e resultados.

como o estado relaciona o que se pretende, as metas. Colocou os objetivos , Lei 13.019 sobre a utilização dos recursos. Tem auditoria constante. Hoje está na prestação de contas do Governador conforme tribunal de contas. Fala que o serviço de CTS realizado, tem um contexto hibrido (saúde e assistência social). Acredita que a discussão continuará em próxima reunião. É um programa que tem analise cientifica. É mensurável. Diz que querem falar sobre Republica. **Roxane** diz que é do Conselho Estadual de Saúde. Vocês apresentaram para comissão de saúde mental e a pauta era CONED e Programa Recomeço. Acredita que serão chamados novamente principalmente com referência a parte financeira do Programa Recomeço. Diz que havia sido convidado o CONED e não CRATOD. **Lúcia** diz que Marcelo foi como CONED (vice-Presidente). **Andrea** diz que tem duas questões 1) vamos pleitear um acento no conselho estadual de saúde e outra as vezes há uma duplicidade como no caso do Marcelo -CONED-CRATOD. **Lúcia** diz que dará um minuto aos próximos que falarão por conta da pauta. **Moacyr** diz que o CONED como é um conselho não tem direito a cadeira no Conselho de saúde. Pode participar. Fala que o Programa Recomeço é um programa e não uma politica pública assim como as Comunidades terapêuticas não são uma politica pública. São entidades privadas que recebem dinheiro público para exercer uma função. Essa função que a Frente antimanicomial trás que é sim um manicômio. Trabalha com internações e trabalham no modelo manicomial. Temos um posicionamento que este modelo não traz resultados. Sugere ao conselho que solicite ao governo do estado que os recursos públicos destinados para as Comunidades Terapêuticas fossem para unidades de acolhimento infanto juvenil e para adultos. Estes serviços concorrem um com o outro. **Marcelo R.** diz que foi um bom debate. Faltou só uma formatação. **Lúcia** pede para Marcelo falar sobre a comissão editorial. Ele diz que falta marcar a data para isso. **Lúcia** diz que temos vaga em aberto na natureza acadêmico cientifico para a comissão de ética e editorial. Fala que a Santa Casa pleiteou através do Dr. Guilherme Messas. Diz que precisamos votar. Sugere que quem for contra levantar a mão. **Todos aprovaram**. **Lúcia** dá uma pausa para o café e diz que a próxima pauta será a votação do texto do Manual das Cts se trocamos o texto ou excluímos. Diz que Verinha colocará na tela o texto a ser lido. **Andrea** diz que primeiro temos que decidir se vai retirar ou não o texto, depois se não for excluir leremos o texto. **Andrea** diz que primeiro votamos se fica ou não o texto. **Lúcia** fala sobre a discussão sobre o texto das Comunidade Terapêutica item adolescentes, que acha que deveria ser apresentado. Fala que a votação se dá: se devemos manter o texto ou exclui-lo. **Andrea** diz que foi uma solicitação do Ministério Público sobre a retirada. **Lúcia** diz que não foi solicitação de retirada do Ministério Público e sim pedindo esclarecimento sobre o item. **Bruno** diz que ficou com a duvida de como chegou à solicitação do MP. Concorda com a Andrea de que não precisamos ler o documento sem antes saber se será mantido o texto ou não. **Lúcia** esclarece que o texto é pequeno, já existe no manual. Fala que foi discutido na reunião passada, enviamos todos os documentos que vieram para todos os conselheiros por e-mail. Diz que o Ministério Público enviou para Secretaria de Justiça um documento solicitando vários esclarecimentos sobre Comunidades Terapêuticas para adolescentes e neste, citou o Manual. Como o manual foi citado no documento, a SJC enviou para o CONED. Foi montado um grupo pra analisar o documento e então respondemos para Secretaria de Justiça que iriamos **rever o texto do Manual**. A proposta do grupo foi de reescrever o texto citado. **Lisiane** diz que veio também uma portaria de instauração de inquérito e nessa existem vários questionamentos com relação a acolhimento e internação de adolescentes em Comunidades Terapêuticas. Não sabemos o que o promotor irá fazer. Podemos depois fazer uma recomendação e ajuizar uma ação civil publica se não concordar com a resposta dada pelo agente

público. Diz que devemos votar agora se mantem ou retira o texto do manual. **Surraily** reforça a fala da Lisiane porque a portaria do MP parece bastante clara em vários trechos sobre a incompatibilidade da recomendação de inclusão de crianças e adolescentes nas Comunidades Terapêuticas. Cita que são vários trechos em que a portaria vem acompanhando o oficio do Ministério Público e que se refere a decisões do CRM, do CONANDA, e instaura inclusive nesse procedimento administrativo para avaliar o manual do CONED no ponto que ele inclui a possibilidade de crianças e adolescentes serem encaminhadas para as Comunidades Terapêuticas. Diz que qualquer decisão tomada nessa plenária tem que levar em consideração que o Ministério Público pontuou uma série de ilegalidades relacionadas a colocação de adolescentes nesses espaços. Diz que não é um oficio neutro, vem com considerações em termos de direitos. O MP a partir do nosso oficio que vamos encaminhar vai analisar a conduta que foi adotada por esta plenária a respeito da garantia de direitos de crianças e adolescentes que são acompanhados pelo serviço de saúde pública e de saúde mental. Acha que esse é um ponto importante que todos os participantes dessa plenária precisam saber. **Andrea** fala que o manual está bem escrito, faz uma série de referências importantes, senão retirarmos o texto de crianças e adolescentes, corremos o risco do MP impugnar ou proibir a divulgação do Manual das CTs. Insiste enquanto CRP que se cumpra a determinação do MP e retire o texto referente a crianças e adolescentes. **Ligia** pede um esclarecimento se foi uma determinação ou uma recomendação do Ministério Público? **Lisiane** esclarece que antes de fazer uma recomendação o Ministério Público precisa de informações e no inquérito do MP ele aponta varias ilegalidades referente ao acolhimento de adolescentes em Comunidades Terapêuticas. **Lúcia** diz que apresentamos todos os documentos na reunião passada e foram enviados para o e-mail de todos. **Moacyr** coloca que a Surraily citou muito bem todos os pontos. Diz que o MP nunca é neutro ele tem posicionamento baseado na legislação. Destaque que ele deve estar se embasando na legislação que responsabiliza os conselheiros de conselhos de participação social sobre as deliberações de seus conselhos. A frente estadual antimanicomial já se coloca contra a internação de qualquer cidadão e principalmente de crianças e adolescentes em Comunidades Terapêuticas. **Milena** esclarece que o oficio do MP foi dirigido a Secretaria de Governo. Ele já indica que é contrario a internação de crianças e adolescentes e Comunidades Terapêuticas. A questão que é importante é que o nosso manual não tem uma força normativa ele é orientador. Ele diz o que a Ct tem que ter caso interne crianças e adolescentes. Precisamos pensar nas comunidades que já existem e internam adolescentes e sem nenhuma orientação. **Lisiane** diz que a questão é que não podemos dar uma orientação ilegal. Diz que sabe que existem vários entendimentos sobre o assunto, mas até o momento não viu ninguém da área jurídica concordar com a legalidade da internação de criança e adolescente. **Lúcia** diz que existe até financiamento público para esta ação. **Jorge** diz que não consegue enxergar a CT para crianças e adolescentes nem no SINASE , em nenhum lugar da assistência social. Fala que segue a fala do Moacyr que a nossa questão é valorizar o poder público nas parcerias e convênios dentro do SUS e SUAS. Cita a falta de fiscalização principalmente na cidade de São Paulo. Não podemos fazer uma recomendação errônea. **Joás** fala como COED e diz que quanto ao acolhimento de criança e adolescente em CT o posicionamento é não. Isto quebra inclusive direitos. Inclusive temos a orientação de que se alguma CT vinculado ao Programa Recomeço receber adolescentes, está será descadastrada do programa. **Andrea** diz que ia pedir a posição do COED. Acha que o conselho deve seguir a orientação do MP. Diz que não participou da confecção do Manual mas diz que ele contempla varias situações importantes independente de ser a

favor ou contra Cts. O CRP vota não para inclusão de crianças e adolescentes em Cts. **Lúcia** pergunta primeiro se alguém quer ver o texto e diz que fiquem com a mão levantada. **Não houveram conselheiros que quisessem ver o texto. Lúcia** pergunta quem vota pela exclusão do texto e pede para levantar a mão. **Aprovado pela maioria a exclusão do texto. Lúcia** passa para os grupos de trabalho. Pede para que o GT Redução de Danos se manifestar. **Bruno** diz que houve problemas de agenda e não conseguiram se reunir no mês. **Lúcia** chama o GT dos Adolescentes e como faz parte diz que foi realizada uma live e na última reunião participou o juiz Dr. Marcelo da Vara da Infância de Campinas. Diz que ele fez um relato extenso sobre a situação e dificuldades que há no encaminhamento em relação aos adolescentes com uso de substâncias, atos infracionais e de modo geral. **Jorge** diz que foi muito interessante a fala do juiz. Ficou impressionado que após o relato perguntou como podemos exigir do poder público a imediata implementação de serviços dentro do sistema único de saúde e do sistema único da assistência social, a politica nacional de moradia, a questão da fome e o juiz deu uma resposta que ele achou da maior importância. Ele disse com todas as letras se judicializar a questão, está procrastinando e isso é extremamente sério e é o que assistimos. As politicas públicas não se restringem a serviços, mas com certeza os serviços são de fundamental importância. Diz que outra coisa que ficou muito claro foi a necessidade de nós no conselho tratarmos da questão do narcotráfico, do envolvimento de crianças e adolescentes no narcotráfico, como é decidido na organização internacional do trabalho no âmbito das piores formas do trabalho infantil. Se faz necessária a geração de emprego e renda para os pais, o adolescente não tem direito ao trabalho, mas sim a formação profissional. **Elda** diz que o que chamou a atenção dela é que o juiz trouxe casos sobre a impossibilidade de encontrar lugar para tratar os adolescentes e ele diz que no limite, coloca na fundação casa. Diz que precisamos pensar nessa questão. Lúcia diz que foi bate papo onde pudemos trocar ideias. E traremos outros representantes dos segmentos ligados as adolescentes como saúde, assistência social e outros para que possamos pensar nas linhas de trabalho do GT. **Lúcia** pergunta se a reunião do GT foi gravada. **Verinha** diz que não. **Lúcia** diz que seria interessante gravar. **Roxane** pergunta sobre o GT do Revogaço. Fala que fizemos duas reuniões e o Marcelo ficou de elaborar o documento. Acha que se perdeu o tempo. **Marcelo R.** fala que não teve condições de escrever, pede desculpas, diz que o tempo não está perdido. Se a Roxane quiser esboçar ele agradece. Diz que dá tempo de escrever. Abre mão de redigir o texto. **Roxane** diz que pode esboçar e manda para o GT. **Lúcia** diz que o tempo não foi perdido não. Passa para o GT Mulheres e diz que estão procurando um caminho para se posicionarem. Este produto pode ser uma Nota técnica. Diz que na próxima reunião será chamada Dra. Jane Valente. **Surraily** diz que foi conversado sobre alguns temas que consideraram importante como violência de gênero, maternidade e por fim a questão do aumento do encarceramento feminino. Diz que não podemos pensar mulheres como uma categoria única. Pensar nas mulheres trans, negras e outras. Haverá um encontro com mulheres que passaram pelo cárcere ou pelo acolhimento e também por processos de retirada de seus filhos. E vamos conversar com Janaina que é da Clinica de Direitos Humanos Luiz Gama que fez uma pesquisa recém publicada sobre a retirada dos bebes das mães usuárias de drogas. **Lúcia** passa para o GT 35 anos de CONED. Fala que o CONED fará 35 anos em junho e se pensou em realizar um evento para falar da história do conselho. Diz que a abertura será do Secretario de Justiça e virá a primeira Presidente do então CONEN Lurdinha Zemel. Diz que haverá uma homenagem a Dra. Luizemir que faleceu. Passa a palavra para a **Verinha** que diz que a data será 11/06 e já conformaram 13 Presidentes. **Lúcia** passa para o item Violência na Cracolândia. Diz que na última reunião ficamos de

pensar o que poderíamos escrever sobre a questão e que também poderíamos fazer um GT. Diz que a violência tem vários pontos de vista e atores. Diz que não houve tempo para o GT se reunir. **Debora Medeiros** pede para ingressar no GT. **Lucia** diz que já tem uma reunião do GT agendada para dia 1/6 às 10h. **Andrea** fala que está se tentando fazer esta discussão no COMUDA, tem sido reuniões difíceis. Pode ser que na próxima reunião do COMUDA possamos trazer algum resultado. Diz que temos que por o tema como pauta principal. **Juliana** diz que está incomodada enquanto conselheira de que a fala das pessoas convidadas da sociedade civil na votação foi vetada. Fala que vamos entrar em uma pauta que é muita complexa, é importante que se escute as pessoas que estão presentes. **Lúcia** esclarece que vetou a fala em um determinado momento após um bom tempo de discussão que foi a reunião passada e essa reunião em razão de outras pautas. Diz que entendeu que no momento já poderia passar para a votação pois o tema estava esclarecido, como demonstrou o resultado da votação. Diz que foi decidido que este seria o papel dela que é difícil, mas que tem que tomar decisões. **Juliana** diz que o ponto dela é o quanto tempo se passa discutindo coisas de organização interna e o quanto tempo se gasta para poder se aprofundar em outras discussões. **Laura** (É de lei) sobre a pauta da violência na Cracolândia acha que é fundamental discutir a serviço de que está essa violência. Sabe que está acontecendo um monte de reintegração de posse. Tem especulação imobiliária na região. Precisamos tomar cuidado com o discurso da ordem (realizada pelas policias e zeladoria urbana, higiene). Se apresenta como trabalhadora da saúde mental, mas também como militante e como psicanalista. Fala sobre a exclusão das falas dos não conselheiros. Diz que os conselheiros já tem o privilégio de votar não faz sentido cortar a participação das pessoas (numero e tempo de fala). **Lisiane** pergunta se pode fazer o pedido para que Ana Leticia participe do grupo. **Verinha** diz que ela já está inscrita. **Jorge** diz que é importante a questão da Cracolândia quando se localiza naquele território móvel a questão das violências. Diz que pelo COMUDA está participando no Forum das crianças e adolescentes da Sé em um processo que iniciou em dezembro de 2020 que foram oficiadas diversas instancias e não obtiveram resposta alguma. Parte deste processo a partir do GT do conselho municipal de assistência e de direitos da criança e adolescentes foi feita uma sistematização de 3 anos de trabalho. Apresentamos o PL 253/21 para os vereadores na Câmara Municipal. Se propõe a trazer o PL na próxima reunião? Diz que é importante a capilaridade desse projeto no Sistema único de Saúde e de Assistência Social. Diz que não existe serviço para crianças e adolescentes na Cidade de São Paulo. **Décio** diz que já tem algum tempo que a questão da violência é recorrente no COMUDA. Já recebemos a Comandante Elza que hoje é Secretaria. Tem a expectativa que possamos estabelecer uma pauta permanente sobre a violência na Cracolândia. Diz que dia 01 teremos a reunião do GT e a partir dali traremos uma proposta para esta questão. Sugere ações conjuntas entre CONED e COMUDA. Fala que o tema possa fazer parte de um dos Encontros com Conselhos Municipais. **Moacyr** fala que o CONED é um conselho sobre Politicas publicas estaduais pensa que no GT deveríamos nos debruçar de qual é a politica pública do Estado de São Paulo para drogas. E nesse tema para violência diz que é um tema multifacetado e o CONED pode encaminhar para outros conselhos e até para outras secretarias posicionamentos escritos de como deveriam ser estas políticas públicas. **Lúcia** diz que já existem vários elementos levantados para o GT. **Filipi** (PROAD) diz que quer fazer uma distinção entre abuso do estado e omissão do estado quanto as vulnerabilidades. Temos que pensar de modo amplo e não simplesmente de modo prático. **Andrea** diz que podemos fazer uma breve apresentação de 5 minutos para as entidades que estão na Cracolândia. **Lúcia** diz que o próprio GT pode fazer a

proposta. **Décio** diz que o GT pode organizar a proposta. **Elda** diz que cada grupo deve discutir em seus grupos sobre a violência e trazer para o GT. A violência é horizontalizada. **Andrea** cita vaias entidades que atuam na região e que poderiam vir falar na nossa reunião. **Marcelo R**. diz que podem definir na reunião do GT o formato a ser adotado. Existem atores que tem que ser ouvidos e que a própria policia precisa ser ouvida com debates e não polarizações. **Verinha** confirma pauta para a próxima reunião. Tem os GTS e o tema principal a Violência na Cracolândia. Nada mais havendo a **Presidente** encerra a reunião agradecendo a participação de todos. Na qualidade de secretária, lavrei, redigi e relatei o teor da presente ata, que segue por mim assinada e pela Presidente.

São Paulo, 27 de maio de 2021.

Lúcia Decot Sdoia
Presidente

Vera Lucia Bagnolesi
Secretária Executiva